

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.476.075 - MT  
(2019/0096754-8)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**AGRAVADO : RAFAEL MACIEL FERREIRA JÚNIOR**  
**ADVOGADO : RAMÃO WILSON JÚNIOR - MT011702**  
**AGRAVADO : JOÃO CARLOS RIBEIRO DE MATTOS**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**

## **EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. REVOGAÇÃO DE PRISÃO CAUTELAR. INEXISTÊNCIA DE PROVEITO PRÁTICO. EXCESSO DE PRAZO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ. AGRADO DESPROVIDO.

1. O Tribunal de origem, ao tratar da revogação da prisão cautelar dos agravados, destacou que inexistiria proveito prático na medida e evidenciado excesso de prazo das medidas constritivas, sendo que a inversão dessas premissas demandaria revolvimento de provas, o que encontra óbice na Súmula n. 7 do STJ.

2. Agravo regimental desprovido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

Os Srs. Ministros Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE), Jorge Mussi e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Ribeiro Dantas.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 21 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

